

DOCTRINA

ARTIGOS

Da impossibilidade de extensão da tese jurídica fixada no RE nº 651.703/PR às seguradoras especializadas em saúde

Misabel Abreu Machado Derzi, Sacha Calmon Navarro Coêlho	9
1 Introdução	9
2 Da sistemática da repercussão geral: o julgamento por meio do caso-modelo.....	11
2.1 A origem da sistemática de repercussão geral	11
2.2 A seleção do recurso representativo de controvérsia: uma questão metodológica sobre tipo e conceito.....	14
2.3 A decisão proferida no procedimento do caso modelo: a resposta geral dada à pergunta geral elaborada no recurso representativo	16
2.4 O risco por trás do procedimento de caso-modelo: o precedente enquanto instrumento de praticabilidade	18
3 A pergunta geral e a resposta geral do RE nº 651.703/PR. Os contornos da tese fixada no Tema 581 de repercussão geral.....	20
4 Da delimitação da tese jurídica fixada em repercussão geral	24
4.1 Da jurisprudência do STF com relação à delimitação da tese jurídica fixada em repercussão geral	24
5 Histórico legislativo da assistência de saúde suplementar	27
5.1 Diferenças contratuais entre as seguradoras especializadas em saúde e as demais operadoras de assistência à saúde	30
5.2 Do diferente tratamento tributário conferido às seguradoras especializadas em saúde	32
6 Conclusão	34
Referências	34

Desonerações tributárias anti-isonômicas: o papel do Poder Judiciário na concretização de um sistema tributário coerente, isonômico e justo

Andrei Pitten Velloso	37
1 Introdução	37
2 Formas de lesão à isonomia tributária	39
2.1 Inconstitucionalidade por ação e omissão parcial	39
2.2 Exclusões tácitas e expressas	40
3 Alternativas para a superação da desigualdade	40
3.1 Pronúncia da inconstitucionalidade da desoneração tributária.....	40
3.2 Declaração da inconstitucionalidade por omissão parcial, com ciência ao legislador.....	42
3.3 Extensão da desoneração.....	43
3.3.1 Extensão mediante redução parcial de texto.....	43
3.3.2 Extensão analógica	45
4 Óbices à realização judicial da igualdade	45
4.1 Tese da atuação exclusiva como legislador negativo	45
4.1.1 Exposição.....	45
4.1.2 Aplicação à extensão mediante redução parcial de texto	47

4.1.3	Crítica.....	49
4.2	Repercussões financeiras e restrições orçamentárias.....	51
4.3	Art. 111, II, do CTN: interpretação literal das isenções.....	53
5	Crterios para a extensão judicial das desonerações anti-isonômicas	54
6	Conclusões	56

A incidência do ICMS sobre *softwares* segundo jurisprudência do STF
(ainda quando qualificados como bens incorpóreos)

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	59
--	-----------

Requisitos para caracterização da sociedade profissional para fins da
sistemática de incidência do ISS por alíquota fixa *per capita* prevista pelo
art. 9º, §3º, do DL nº 406/68, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores:
a legislação do Município de Belo Horizonte como exemplo

André Mendes Moreira, Mariane Andreia Cardoso dos Santos	65	
1	Introdução.....	66
2	A sistemática de recolhimento do ISS sobre a prestação de serviços profissionais prevista no art. 9º, §3º, do DL nº 406/68.....	67
2.1	Os requisitos para a tributação das sociedades profissionais previstos na legislação do Município de Belo Horizonte.....	68
2.2	Requisitos gerais à luz do entendimento dos Tribunais Superiores para submissão das sociedades à sistemática diferenciada de incidência do ISS.....	70
2.2.1	Natureza dos serviços prestados e números de profissionais	70
2.2.2	Responsabilidade pessoal dos sócios e ausência de caráter empresarial.....	72
2.2.3	A composição da sociedade: sociedade uni ou pluriprofissional.....	79
3	Conclusão	82
	Referências	83

Inconstitucionalidades do Decreto nº 8.426/15 – PIS e COFINS incidentes
sobre as receitas financeiras

Brunno Ribeiro Lorenzoni, Fábio Martins de Andrade	85	
1	Introdução.....	85
2	Da cobrança materializada através do Decreto nº 8.426/15.....	86
3	Das violações constitucionais do ato de cobrança	88
3.1	Princípios da legalidade estrita, da tipicidade e da delegação legislativa.....	88
3.2	Princípio da não cumulatividade	93
4	Solução subsidiária do problema: possibilidade de dedução das despesas financeiras	96
5	Conclusão	97

A Ação 3 do Projeto BEPS e o regime brasileiro de tributação em bases
universais na Lei nº 12.973/2014

Ramon Tomazela Santos.....	99	
1	Aspectos gerais do Projeto BEPS.....	99
2	Os blocos de construção da Ação 3 do Projeto BEPS	100
3	A definição de entidade CFC	101
4	Os limites para a aplicação das regras de CFC	105
5	A definição das rendas abrangidas pelas regras de CFC.....	106
6	As regras para o cálculo do lucro da CFC	109
7	As regras para a atribuição de lucro a uma entidade CFC	110

8	As regras para prevenir e eliminar a dupla tributação	111
9	Comentários finais sobre a Ação 3 do Projeto BEPS.....	113

A tópica jurídica na Solução de Consulta tributária

Paula G. F. Santos	117	
1	Introdução	117
2	A Solução de Consulta tributária	119
3	A tópica de Viehweg	121
4	A tópica de Viehweg em uma Solução de Consulta	123
5	Conclusão	128
	Referências	129

Os reflexos da interação entre o Estado, o mercado e o tributo na sociedade brasileira

André Souza Pedrosa de Moraes, Maurin Almeida Falcão	131	
	Introdução	131
1	A noção de Estado	133
2	O mercado e os seus interesses	137
3	O tributo e o seu papel na sociedade	138
4	Os reflexos da interação entre o Estado, o mercado e o tributo na sociedade brasileira.....	143
	Conclusão	148
	Referências	148

A legitimidade ativa *ad causam* na ação de repetição de indébito tributário de PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação

Aylton Bonomo Júnior	151	
1	Introdução	151
2	Principais aspectos do PIS/PASEP-Importação e do COFINS-Importação	153
3	Espécies de importação	157
3.1	Importação por conta própria	157
3.2	Importação por encomenda	157
3.3	Importação por conta e ordem de terceiro	158
4	Legitimidade ativa <i>ad causam</i> na ação de repetição de indébito tributário	159
4.1	Importadoras	160
4.2	Adquirente da mercadoria	166
5	Conclusão	170
	Referências	171